

Banco Central agora acelera autorizações

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Banco Central (BC) começou, neste segundo semestre, a acelerar o processo de autorização para a conversão da dívida externa em investimento das propostas vencedoras em leilões. Há 15 dias, receberam permissão do BC para realizar operação de fechamento de câmbio — que corresponde à entrega de cruzados equivalentes ao compromisso em moeda estrangeira — US\$ 521,977 milhões, dos quais US\$ 484,2 milhões haviam até o início da semana passada efetivamente concluído a operação cambial.

Portanto, o impacto monetário da conversão pela via dos leilões passou a ser mais significativo a partir de julho deste ano, embora os leilões venham acontecendo desde março. Mas, ainda assim, acredita-se que o processo formal de troca de dívida por investimento está longe de "ganhar" do saldo comercial externo em termos de pressão sobre a taxa inflacionária, conforme coloca o chefe do departamento de Fiscalização e Registro de Capital Estrangeiro (Firce), do BC, Olímpio Lopes Ferreira de Almeida.

Somando as autorizações de conversão para solicitações que passaram pelo leilão (no valor bruto de US\$ 626 milhões, a um deságio médio de 20%), e mais os US\$ 845,011 milhões de conversões que já foram realizadas dentro da antiga Carta-circular nº 1.125 — pela qual a troca podia ser feita pelo valor de face dos títulos de crédito, em operação que envolvia diretamente o credor original foi, na prática, abatido do registro da dívida externa um total de US\$ 1,471 bilhão, mediante processos formais, com controle direto do BC. Pela via da conversão informal, a autoridade monetária deu baixa até agora de US\$ 1,9 bilhão de dívida, mas como lembra Ferreira de Almeida, boa parte desse montante refere-se a operações de conversão realizadas no ano passado, quando o atual projeto, introduzido pela Resolução nº 1.460 (em janeiro deste ano), não havia ainda sido aprovado.

A previsão é de que maior parcela da dívida seja reduzida até o final do ano, na medida em que o BC der o sinal verde para propostas vencedoras em leilões passados e que se encontram em estágio de avaliação.

Algumas delas estão mais perto da autorização para o fechamento de câmbio, envolvendo US\$ 261,5 milhões de pedidos em regime de conciliação de contas. Outras, no valor de US\$ 58,423 milhões estão sob exame e em estágio de apresentação de documentos. Algumas foram desqualificadas, envolvendo cerca de US\$ 6,8 milhões, porque não entregaram os documentos necessários à autorização. Esses valores não estão levando em conta as propostas vencedoras do 7º leilão da conversão, realizado na última quinta-feira, em São Paulo, e cujos pedidos formais só deverão dar entrada no BC nesta semana.

Nos seis primeiros leilões, cujas propostas das áreas incentivadas junto com a área livre, somaram US\$ 870,5 milhões, mais da metade (US\$ 573,4 mi-

lhões) destinam-se a projetos de investimento direto no setor da indústria da transformação, abrangendo uma fatia de 65,9% do total.

Nas áreas livres (que abrange o Centro-Sul), o setor eletroeletrônico e a indústria química dominam o interesse dos investidores, enquanto nas áreas incentivadas (Norte, Nordeste, Vale do Jequitinhonha e o Estado do Espírito Santo) a indústria eletroeletrônica divide com o setor de papel e celulose a participação mais expressiva dos projetos que venceram os leilões específicos.

Mas é interessante notar, também, que US\$ 165,7 milhões de propostas voltaram-se para aplicações diretas no setor de serviços, englobando o turismo (cujo maior atrativo ficou para as áreas livres), comércio em geral e instituições financeiras. Os bancos de investimento, por exemplo, vão receber US\$ 24,436 milhões mediante a conversão em leilões. Essa inversão está toda ela concentrada em instituições localizadas na região Centro-Sul do País.

Mais curioso é que, a despeito de todo o esforço feito pelos representantes das bolsas de valores para que os leilões ficassem abertos a propostas de constituição de fundos de conversão — por meio destes a dívida se transforma em ações de empresas de capital aberto, negociadas em bolsa de valores —, esse segmento atraiu muito pouco interesse dos investidores. Nos seis primeiros leilões, de acordo com as estatísticas oficiais do BC, apenas US\$ 9,3 milhões destinaram-se àqueles fundos, sendo que US\$ 9,2 milhões foram para ações de empresas com ações negociadas no eixo do Centro-Sul e US\$ 100 mil de ações de empresas da área incentivada.

O chefe do Firce encontra um motivo muito objetivo para explicar por que os fundos de conversão acabaram por não deslanchar, contrariando as expectativas de pessoal do mercado de capitais: "O dinheiro fica mais caro quando comparado com os fundos de investimento de capital estrangeiro, onde o ganho de capital não é taxado, além de se permitir a repatriação de recursos investidos com mais liberdade do que pela via da conversão". Pelas regras da Resolução nº 1460, o capital estrangeiro tem de ficar doze anos no País.

A distribuição dos recursos convertidos em leilão, pelos diferentes estados, indica São Paulo como o grande privilegiado. Para lá foram ou serão destinados, conforme as propostas vencedoras nos seis primeiros leilões, US\$ 358,4 milhões, com peso de 41,2% do total. Em segundo lugar, surge o Estado da Bahia, onde os investimentos pela via do leilão atingiram, na posição de 30 de agosto, US\$ 188,5 milhões, representando 21,7% do global dos pedidos, enquanto o Estado do Amazonas (em razão da Zona Franca de Manaus, principalmente) vem em terceiro lugar na preferência dos investidores, tendo sido contemplado com propostas vencedoras no valor de US\$ 136,1 milhões e participação respectiva de 15,6% no montante de investimentos apurado em leilões, até o final de agosto.